

EDITORIAL

A Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE, circula com o seu 42º número relativo ao mês de abril de 2019. São aqui apresentados quinze artigos que versam de uma pauta variada que começa por um estudo da pobreza no Brasil com uma análise dos seus determinantes entre 1992 e 2014. Os resultados permitiram concluir que uma política pública que vise a redução das taxas de crescimento da pobreza será mais eficaz se estiver atrelada a medidas de apoio ao crescimento dos níveis de educação das pessoas. Concluiu-se também que uma política pública fundamentada sobre a redução das taxas de crescimento da extrema pobreza terá maior eficiência quando aplicada junto a medidas redistributivas. Segue-lhe uma análise comparativa da desigualdade e a estrutura familiar, que trabalhando com variáveis ligadas a demografia familiar e sua relação com a distribuição de renda mensal domiciliar per capita no Brasil em dois pontos no tempo, 2005 e 2015, concluiu que a estrutura familiar tem um significativo poder explicativo sobre a determinação do nível de renda domiciliar per capita, porém de maneira não uniforme. Assim foi encontrado efeito esperado e positivo para a variável referente à proporção de adultos por família. Para a divisão domiciliar por gênero, observou-se maior vulnerabilidade das mães solteiras. Notou-se, ainda, aumento da variação da renda de forma crescente ao longo dos quantis devido ao sexo, escolaridade e a idade do chefe do domicílio. O terceiro texto trata da influência das variáveis educacionais e econômicas no crescimento econômico brasileiro no período de 1966 a 2017 e conclui que a carga tributária nos primeiros anos foi a variável que mais explicou o PIB brasileiro dentre às variáveis analisadas e nos últimos anos do período a conclusão do ensino superior foi a variável que mais respondeu sobre o crescimento econômico nacional. No quarto texto aborda-se a questão do investimento em capital humano e retornos da educação nos mercados de trabalho brasileiros, no período de 1991/2010. Os principais resultados dos modelos aplicados evidenciam que os retornos da educação são extremamente elevados no Brasil e diferem significativamente ao longo da distribuição salarial das amostras analisadas. O quinto texto intitulado Estado, economia solidária e a resignificação do trabalho apresenta um debate sobre

economia solidária como solução empreendedora viável, que busca alternativas de geração de renda e trabalho, apesar da consolidação do sistema neoliberal como ideário econômico pós-globalização econômica. O sexto texto trata da economia, trabalho e renda no Nordeste brasileiro do início do século XXI. Seus autores afirmam que a implementação e consolidação das políticas sociais (transferência de renda e valorização do salário mínimo) contribuíram para o dinamismo da economia regional, assim como o desenvolvimento do agronegócio ligado à exportação de frutas nos perímetros irrigados da região. A dinâmica econômica recente impactou a estrutura produtiva pela redução da importância relativa de bases produtivas tradicionais ligadas aos complexos pecuária/algodão/policultura e sucroalcooleiro, pelo avanço significativo do terciário, da indústria e do agronegócio, pela dinamização de bases produtivas de pequeno e médio portes e de arranjos produtivos locais além da promoção e consolidação de projetos de investimentos produtivos e em infraestrutura econômica. É a partir da constatação dessa dinâmica que no artigo se caracteriza o surgimento de um processo de expansão do emprego e da renda das famílias, que se mostrou favorável a uma redução da desigualdade de renda na região. O sétimo texto trata dos efeitos que a expansão do ensino superior no interior e na capital de um estado pobre (Alagoas) provoca no mercado formal de trabalho e averigua efeitos do aumento da oferta de mão de obra qualificada num contexto marcado pela defasagem educacional e anterior concentração de oportunidades em sua capital. Mostra que o mercado de trabalho formal está homogeneizando-se com menores diferenças entre os municípios no tocante ao prêmio salarial pago pela conclusão do ensino superior. Mostra também que este se reduziu com o tempo. Também é constatado que a renda per capita explica as diferenças de prêmio salarial entre os municípios. Apresenta-se também a evolução dos formados por área de conhecimento e explicita a ainda grande concentração do ensino superior em Maceió. O oitavo texto analisa a eficiência relativa dos recursos alocados nas escolas públicas estaduais no Rio Grande do Sul. Informa que entre os diferentes grupos de escolas, as de ensino médio foram as mais eficientes. O nono texto trata das políticas públicas de CT&I na Bahia no período de 2005 a 2014. O seguinte trata da mobilidade

pendular e inserção ocupacional na Região Metropolitana do Recife. A proposta deste estudo foi analisar comparativamente a inserção ocupacional entre migrantes e não migrantes que realizavam o deslocamento pendular nessa área metropolitana. As análises se basearam nos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e de 2010, produzidos e divulgados pelo IBGE. Verificou-se importante crescimento em volume de movimentos pendulares, com aumento superior entre os não migrantes. Foi observada relativa estabilidade na estrutura etária da população que realizava essa modalidade de deslocamento, assim como o aumento na participação das mulheres. Além disso, o aumento do nível de instrução, que foi observado para ambos os grupos, foi mais intenso entre os migrantes. Por fim, verificou-se que os não migrantes tinham maior participação entre aqueles com emprego formal, enquanto que os migrantes tinham maior renda, resultado aparentemente conflituoso que, por si, sugere caminhos de desdobramentos deste estudo. O texto 11 refere-se a uma pesquisa exploratória cujo objetivo foi analisar as estruturas de governança e os mecanismos de coordenação adotados pelas agroindústrias familiares e seus alinhamentos com os pressupostos teóricos. Para tanto, foi empregado o enfoque teórico da Nova Economia Institucional e da Economia dos Custos de Transação - ECT. Foi desenvolvida no Norte do estado do Rio Grande do Sul, onde foram investigadas onze agroindústrias familiares. Os resultados apontam que a maioria das agroindústrias familiares estudadas, totalizando sete casos, adota uma estrutura de governança de mercado. Outras duas se utilizam de uma forma de governança híbrida e outros dois casos caracterizam a governança hierárquica. As transações apresentam alta especificidade de ativos, frequência recorrente, baixa incerteza, pouco oportunismo e racionalidade pouco limitada. Diante disso, avaliou-se que mesmo não adotando a estrutura mais adequada, as agroindústrias familiares estão obtendo sucesso em suas transações e isso se deve aos mecanismos de coordenação adotados, com destaque para a confiança. O texto 12 apresenta um estudo sobre o desenvolvimento socioeconômico no Centro-Oeste a partir dos censos demográficos de 2000 e 2010. Os resultados indicam que, no período entre os censos de 2000 e 2010, a região evoluiu significativamente nas dimensões de infraestrutura e pobreza

domiciliar. No entanto, os indicadores da dimensão de trabalho e capital humano registraram quedas expressivas em todos os três clusters de municípios. O texto 13 trata da desindustrialização e comércio exterior, visto que a indústria de transformação brasileira tem perdido participação na composição da balança comercial e na manufatura mundial, no período recente. A análise compreende o período de 2002 até o terceiro trimestre de 2017 concluindo que não foi possível inferir que a desindustrialização brasileira tenha ocorrido via comércio externo. Todavia, o direcionamento de grande parte da produção nacional para os bens primários, sobretudo em função da valorização das *commodities* no mercado internacional e a apreciação cambial oriunda da elevação dos preços desses bens, no período analisado, parecem ter sido nocivas à indústria de transformação nacional, sugerindo em parte a reprimarização da pauta de exportação brasileira. O 14º artigo analisa a estrutura e a dinâmica do fluxo do comércio brasileiro de bens de capital entre 1989 e 2016. Os resultados mostram que os bens de capital possuem grande peso na pauta comercial nacional. O montante importado aumentou significativamente no período, e as exportações aumentaram, mas com taxas menores, acentuando os déficits estruturais no saldo comercial do setor. A análise dos índices de vantagens comparativas de Lafay e Vollrath indica que as desvantagens apresentadas pelo Brasil no setor de bens de capital se aprofundaram com a abertura comercial, intensificando-se a partir de 2003. O décimo-quinto e último artigo da edição apresenta uma análise do setor aeronáutico brasileiro tanto de sua evolução histórica como também da competitividade internacional do país na produção de aviões. Os resultados mostraram que o Brasil possui vantagens comparativas na produção de aviões, principalmente nas categorias de aviões de médio porte e grandes, bem como demonstrou competitividade internacional no setor, o qual é um dos pontos fortes em sua economia no que se refere a produtos de maior valor agregado.

A todos desejamos uma proveitosa leitura.

Prof. Dr. Noelio Dantaslé Spinola
Editor-Chefe